



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quarta-feira, 24 de abril de 2013

JORNAL DO COMMERCIO CAPA	1
JORNAL DO COMMERCIO PIM	2
JORNAL DO COMMERCIO CAPA	
JORNAL DO COMMERCIO Indústria	3
JORNAL DO COMMERCIO CAPA	
JORNAL DO COMMERCIO Frente & Perfil	4
JORNAL DO COMMERCIO OPINIÃO	
JORNAL DO COMMERCIO Frente & Perfil (continuação)	5
JORNAL DO COMMERCIO OPINIÃO	
JORNAL DO COMMERCIO Trabalhadores cobram explicações	6
JORNAL DO COMMERCIO ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Follow-Up	7
JORNAL DO COMMERCIO ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Indústria	8
JORNAL DO COMMERCIO ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Qualidade ambiental	9
JORNAL DO COMMERCIO Diretor da Yamaha vai à Fieam e fala sobre ZFM	10
A CRITICA CAPA	11
A CRITICA sim & não	12
A CRITICA OPINIÃO	
A CRITICA H-Buster em apuros na ZFM	13
A CRITICA ECONOMIA	
A CRITICA Jucá queria 'aprontar'	14
A CRITICA ECONOMIA	
A CRITICA Choque de realidade	15
A CRITICA ECONOMIA	
A CRITICA Mais conhecimento no PIM	16
A CRITICA ECONOMIA	
A CRITICA Governo desonera dois setores de um só vez	17
A CRITICA ECONOMIA	
A CRITICA Codam aprecia hoje 42 projetos	18
A CRITICA ECONOMIA	
A CRITICA Alfândega do Porto arrecada R\$ 266 mi	19
A CRITICA ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS Claro & Escuro	20
DIÁRIO DO AMAZONAS OPINIÃO	

DIÁRIO DO AMAZONAS Salário no PIM é até 14% abaixo do País.....	21
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS Comissão do Senado vota hoje parecer do ICMS com vantagem para ZFM.....	22
ECONOMIA	
MASKATE CAPA	23
MASKATE Fala Sérgio	24
OPINIÃO	
MASKATE Fala Sérgio (continuação)	25
OPINIÃO	
MASKATE Fala Sérgio (continuação)	26
OPINIÃO	
MASKATE Codam vai apreciar mais de R\$ 1 bilhão em projetos.....	27
MASKATE Codam vai apreciar mais de R\$ 1 bilhão em projetos (continuação)	28
MASKATE Industriais reivindicam mais portos 24 horas.....	29
MASKATE Industriais reivindicam mais portos 24 horas (continuação)	30

CAPA

Arrecadação federal no AM cresce 15,15% no trimestre

No Amazonas os tributos federais acumularam R\$ 266 milhões até o 1º trimestre do ano. Superando em 15,15% na comparação com R\$ 231 milhões em igual período do ano anterior, de acor-

do com dados divulgados pela Alfândega da Receita Federal no Porto de Manaus, na manhã de terça-feira (23).

Este resultado é reflexo positivo do número de desembaraços

aduaneiros realizados até março, quando mais de 19 mil declarações de importação foram realizadas. Fato que reforça o compromisso da Alfândega com a ZFM (Zona Franca de Manaus).

A unidade aduaneira lançou cerca de R\$ 1 bilhão em créditos tributários ao punir empresas que não cumpriram suas obrigações fiscais. Assim intensificou a sua atuação na zona secundária,

e também obteve um resultado de R\$ 4,5 milhões em produtos suspeitos de falsificação e descaminho encontrados no Centro da cidade durante a operação "Guarda Volume".

Página A7

PIM

Trabalhadores fazem protesto contra descaso

Mais de 300 trabalhadores da empresa de eletroeletrônicos Hbuster estiveram na manhã de ontem na Aleam (Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas) para cobrar explicações das auto-

ridades em relação ao PIM. Aproximadamente 1.600 trabalhadores estão sem receber há dois meses. Segundo o líder dos trabalhadores, Alexandre Pinto, os funcionários estão aflitos.

Página A5

Indústria

Investimentos no Codam totalizam R\$ 1,1 bilhão

Com recursos estimados em R\$ 1,1 bilhão e com anúncio da criação de 1.996 vagas no mercado de trabalho, nos próximos três anos, a segunda reunião do Codam (Conselho de Desenvolvimento do Estado do Amazonas) analisará as propostas

de 42 projetos industriais. A reunião acontecerá hoje, no auditório da Fieam (Federação das Indústrias do Amazonas). Destaque para invest-

mentos em tablets e celulares. Os projetos que serão avaliados pelos conselheiros do Codam incluem a fabricação de eletrônicos, aparelhos de telefonia móvel, microcomputadores e peças para motocicletas.

Página A6



MP dos Portos

Divulgação



Governo diz que vai assegurar direitos

O senador Eduardo Braga (PMDB) disse ontem que o governo se comprometeu a não vetar os pontos do relatório que tratam dos direitos dos trabalhadores do setor portuário.

Página A3

Frente & Perfil

Senadores tucanos “forçam” saída de Arthur

Os pronunciamentos de duas das principais lideranças do PSDB na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, hoje, são recados claros ao prefeito de Manaus, **Arthur Neto**. O líder da legenda, Álvaro Dias (PR), e o paulista Aloysio Nunes Ferreira atacaram frontalmente a Zona Franca de Manaus durante a discussão do relatório apresentado pelo mato-grossense Delcídio Amaral (PT) ao projeto de resolução que define as alíquotas do ICMS para transações interestaduais. Há um mês, Arthur falou, pela primeira vez em 20 anos, que poderia deixar o partido por causa da postura adotada pelos correligionários. Na semana passada, ele compareceu à solenidade promovida pelo governador Omar Aziz, em que o presidente nacional do PSD, Gilberto Kassab, declarou apoio às reivindicações do Amazonas em relação à prorrogação e manutenção da alíquota praticada para produtos produzidos em Manaus.



Fotos: Divulgação

Procuradoria do Estado e a construtora Andrade Gutierrez, que reclama o valor a título de juros, em função do atraso no pagamento de faturas referentes à construção de um trecho da avenida Manaus Moderna – aquele que vai do Mercado Adolpho Lisboa ao Makro. O problema é que há muita suspeita sobre o processo, principalmente no que diz respeito aos cálculos feitos pela Contadoria do TJ.

REAJUSTES

A maioria das categorias que compõem o funcionalismo estadual receberá reajuste salarial muito semelhante no final deste mês – algo em torno de 6,7%. Os professores já avisaram que querem mais, mas dificilmente conseguirão. O governo já fechou os cálculos e não pretende subir o percentual. Se houver barulho, entretanto, será moderado. A maioria das entidades que representam estes profissionais é controlada por partidos que fazem parte da base de apoio.

EXPORTAÇÃO

Olheiros que atuam em Manaus estão levando cada vez mais garotos “descobertos” nos campos de pelada da cidade para testes em grandes clubes do futebol brasileiro. Atlético Mineiro, Vasco e Fluminense são os mais visados, porque oferecem melhores condições, inclusive de hospedagem, aos pretendentes a craques.

com a saída de Omar Aziz em março para assumir o governo e daí deslanchar a campanha por mais um mandato. Uma coisa Melo sabe que não terá: o apoio de sua atual legenda, o PMDB. Este apoio da legenda já está garantido pela direção nacional a Eduardo Braga.

HACKERS

Portais de notícias, blogs e sites de informação estão sendo vítimas de poderosos ataques de hackers nos últimos dias em Manaus. Não se enxerga neles qualquer motivação política, já que a ação dos bandidos virtuais não respeita qualquer bandeira ou tendência. Ontem, o atentado mais violento vitimou

o D24am, que pertence ao jornal Diário do Amazonas.

DISPENSADOS

Jornalistas, cinegrafistas, editores de imagem e auxiliares da TV Local AM, emissora que ocupa o canal 39 de sinal aberto em Manaus, foram dispensados e orientados a esperar em casa uma definição sobre o funcionamento da empresa. Mais de 30 profissionais estão nessa situação. Permanece trabalhando apenas uma pequena equipe, que faz a manutenção dos equipamentos.

SEM PISTAS

Apesar da gorda recompensa

(R\$ 50 mil em Manaus e R\$ 100 mil em Itaituba, no Pará), a polícia ainda não conseguiu informações convincentes sobre o paradeiro da quadrilha que roubou o carregamento de ouro da empresa Ouro Minas, que desembarcou na semana passada no Aeroclube. A ação, ao que tudo indica, foi muito bem planejada, com a participação de gente que conhecia a rotina da firma.

PESQUISA

A pesquisa realizada pela Federação do Comércio com turistas que visitam o Estado constatou que eles reclamam muito da infraestrutura local. Apesar disso, a Amazonastur vai conti-

nuar divulgando o destino, sem que providências sejam tomadas para amenizar o problema. Uma equipe do órgão está na World Travel Market (WTM), evento realizado há 33 anos em Londres, na Inglaterra, que este ano vem, pela primeira vez, à América Latina. A feira começou ontem e vai até amanhã, no Transamerica Expo Center, em São Paulo.

ABACAXI

O governador que assumir o Estado em 2015 vai receber de presente uma dívida de R\$ 700 milhões, que poderá ser paga em 15 anos. Foi o que o Tribunal de Justiça decidiu depois de reunião conciliatória entre a

Frente & Perfil (continuação)

DEFESA

Os senadores Eduardo Braga (PMDB) e Vanessa Grazziotin (PCdoB) assumiram a defesa do modelo na mesma reunião. Colegas dos Estados vizinhos aprovaram emenda garantindo prerrogativas para as Zonas de Processamento de Exportações e o próprio relator tratou a Zona Franca como “um projeto nacional”, lembrando de sua importância para a preservação ambiental na região mais nevrálgica do planeta. A votação está prevista para hoje, às 10h30 (horário local).

NA MARRA

Quando era senador, Arthur teve que enfrentar algumas vezes o lobby paulista e os próprios correligionários. Por vezes conseguiu, na marra, fazer passar matérias de interesse da Zona Franca, brecando a pauta e usando sua condição de líder da oposição. Sem ele, o PSDB parece ter se sentido livre para externar sua posição claramente contrária à manutenção do modelo de desenvolvimento. Resta saber o posicionamento que ele vai adotar agora.

MONTANDO TIME

O vice-governador José Melo (PMDB) passou parte da semana passada em Brasília articulando sua adesão a um novo partido. Em Manaus, seus assessores montam a equipe que deve trabalhar em sua campanha de reeleição. Sim, ele conta

Trabalhadores cobram explicações

Por Osvaldo Henriques

Mais de 300 trabalhadores da empresa de eletroeletrônicos Hbuster estiveram na manhã de ontem na Aleam (Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas) onde cobraram explicações das autoridades em relação ao PIM. Suframa, Sindmetal (Sindicato dos Metalúrgicos) e a própria Hbuster, foram os principais alvos das críticas dos trabalhadores e do deputado Luiz Castro (PPS), que abriu espaço para a manifestação. Em torno de 1.600 trabalhadores estão sem receber a dois meses.

Segundo o líder dos trabalhadores, Alexandre Pinto, os funcionários não receberam os últimos três vencimentos que deveriam ter sido pagos nos dias 15 e 30 de março e 15 de Abril. Na última quarta-feira (17), a empresa parou totalmente e colocou todos os empregados em licença remunerada, alegando bloqueio dos bens. "Não deu para entender. São 1.600 funcionários, todo quadro, com exceção da diretoria. A empresa parou totalmente quarta-feira, ainda se manteve produzindo uma linha de com uns 200 funcionários e quando houve mais uma vez o atraso e ninguém recebeu, os funcionários decidiram parar as atividades de vez", explica Alexandre.

Uma das grandes questões levantada por Alexandre diz respeito a uma visita realizada pelo superintendente da Suframa, Thomaz Nogueira, no final de Agosto. "O superintendente esteve na empresa e garantiu que a empresa faria contratações. Afirmou que era um exemplo para o PIM e de repente a empresa justifica que desde 2010 está em crise. Não deu para entender" questiona o líder dos trabalhadores.

O deputado Luiz Castro também questiona o trabalho realizado pela Suframa e cobra explicações da Superintendência da Zona Franca. "Ano passado o superintendente da Suframa esteve na empresa anunciando que a empresa era um modelo



Pelo menos 300 trabalhadores foram até a sede da Assembleia para buscar ajuda dos parlamentares

de desenvolvimento, geração de emprego e renda, produzindo empregos e produtos de alta tecnologia, um exemplo de sucesso na ZFM. Como que menos de seis meses depois a empresa está fechada, com mais de mil trabalhadores parados sem receber salários? Que benefícios eles deram a essa empresa? Qual a contrapartida da empresa? Por que não pagam os funcionários?", questiona. © *Jornal do Commercio*

Para os trabalhadores da empresa, o sindicato não está dando o valor que deveria dar à questão

tentou entrar em contato com o superintendente da Suframa, Thomaz Nogueira, mas até o fechamento da edição não obteve respostas.

Em reunião realizada a tarde ficou decidido que haverá uma vistoria da Seplan (Secretaria de Planejamento) nas instalações da fábrica para verificar se há alguma infração nas instalações da empresa quanto ao cumprimento dos requisitos da Lei dos Incentivos Fiscais.

O advogado do Tavares Amorim, informa que essas medidas visam bloquear os bens da fábrica antes que ela se desfaça deles. "Acreditamos que possa ter acontecido algum desvio nas normas do estatuto e caso seja comprovado precisamos tomar as medidas legais", explica o advogado.

Outra grande cobrança dos trabalhadores foi com a omissão do Sindmetal. Para eles o sindicato não está dando o valor que deveria dar à questão. "Não há transparência nem por parte do sindicato nem da empresa. Desde o segundo dia o sindicato de SP tomou a frente. Aqui não houve participação nenhuma do sindicato. Precisamos do sindicato. Ele se manteve na retaguarda com a justificativa que o processo era em SP. Mas já que o processo veio para Manaus, o sindicato já deveria estar intermediando" cobra Fernando Pinto.

O deputado Luiz Castro também cobrou maior participação do sindicato e dos governantes para resolver a situação. "Eles não sabem o futuro deles. Se a licença será paga, se serão

readmitidos se a fábrica irá voltar a funcionar ou não. Há um verdadeiro desrespeito. O Sindicato precisa pressionar de um lado, mas a pressão política da Assembleia e Governo do Estado também é importante" completa.

O Diretor Executivo do Sindmetal, Sidney Silva, se defendeu das acusações afirmando que o advogado do sindicato já se encontra em São Paulo. "Os advogados foram para São Paulo para resolver essa situação e estão estudando as formas de resolver essa rescisão. Estão tentando conseguir o dinheiro para fazer os pagamentos. O sindicato está mais presente do que nunca". O sindicato também informou que irá buscar entrar com uma ação judicial coletiva, mas essas coisas demoram e não podem serem feitas de uma hora para outra. No entanto a informação é questionada. "A única coisa que ofereceram foi entrar com o processo de rescisão direta para aqueles que tivessem interesse, mas não sabemos direito nem o que está acontecendo, estamos sem receber, mas não queremos ficar desempregados", explica Alexandre Pinto.

O deputado Luiz Castro tam-

bém comentou as acusações da Afieam (Associação dos Fabricantes de Insumos e Componentes do Amazonas), divulgadas pelo *Jornal do Commercio*, sobre uma debandada de empresas do Polo Industrial. "Situações como essa da Hbuster podem ser a ponta do iceberg. É muito preocupante, temos que estudar a situação. Imaginávamos que a coisa estivesse razoavelmente bem. Até por que as vantagens fiscais da ZFM são boas. É muito estranho, talvez um sinal de que a economia não esteja tão bem como dizem".

Entenda o caso

A empresa Hbuster, conta com 800 funcionários em São Paulo e cerca de 1.600 em Manaus. No dia 30 de agosto do ano passado o superintendente da Zona Franca de Manaus, Thomaz Nogueira, esteve em visita às instalações da fábrica localizada na Colônia Santo Antônio, aonde foram abordados temas como a contratação de mais 200 funcionários para o quadro da empresa. Segundo Alexandre Pinto, que pertencia ao quadro administrativo da empresa, "Em fevereiro a empresa fez a contratação e aumentou o quadro. Mas em

março já teve um processo de crise. Fomos informados que a empresa iria entrar com um processo de recuperação judicial, mas que em nenhum momento seríamos afetados e muito menos nossos vencimentos".

Dia 18 houve o julgamento em São Paulo e ficou decidido que o processo deveria vir para Manaus. A empresa então colocou todos seus funcionários de licença remunerada e parou as atividades. Os trabalhadores então procuraram o poder público buscando receber seus salários e conquistar o apoio dos órgãos responsáveis. "Queremos alguma garantia, por que promessas já tivemos e não recebemos. Em nenhum momento cruzamos os braços. Continuamos trabalhando mesmo sem receber." O procurador geral da Aleam, Roberto Wagner, explica que a Assembleia vai participar na questão da orientação jurídica e auxílio aos advogados. "Buscaremos fazer com que recebamos todas remunerações e as verbas do contrato que foram trabalhadas e não foram pagas e depois disso todas verbas indenizatórias proporcionais dependendo de quantos anos de trabalho", explica.

“ANO PASSADO O SUPERINTENDENTE DA SUFRAMA ESTEVE NA EMPRESA ANUNCIANDO QUE A EMPRESA ERA UM MODELO DE DESENVOLVIMENTO, GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA, PRODUZINDO EMPREGOS E PRODUTOS DE ALTA TECNOLOGIA, UM EXEMPLO DE SUCESSO NA ZFM. COMO QUE MENOS DE SEIS MESES DEPOIS A EMPRESA ESTÁ FECHADA, COM MAIS DE MIL TRABALHADORES PARADOS SEM RECEBER SALÁRIOS?”

SITUAÇÕES COMO ESSA DA HBUSTER PODEM SER A PONTA DO ICEBERG. É MUITO PREOCUPANTE. TEMOS QUE ESTUDAR A SITUAÇÃO. IMAGINÁVAMOS QUE A COISA ESTIVESSE RAZOAVELMENTE BEM. ATÉ POR QUE AS VANTAGENS FISCAIS DA ZFM SÃO BOAS. É MUITO ESTRANHO, TALVEZ UM SINAL DE QUE A ECONOMIA NÃO ESTEJA TÃO BEM COMO DIZEM.

Luiz Castro, deputado estadual

Follow-Up



Codam revitaliza a ZFM

Tendo como anfitriãs a Federação e o Centro da Indústria do Estado do Amazonas, o Conselho de Desenvolvimento do Amazonas - Codam aprecia nesta quarta-feira mais de R\$ 1,1 bilhão em projetos focados na economia da Zona Franca de Manaus. O modelo sobrevive, ganha fôlego e avança apesar dos percalços de infraestrutura e das pressões habituais. É sintomático que sejam as entidades da indústria a cumprir o papel de acolher o evento bimestral que põe na pauta a discussão de 42 projetos de implantação e ampliação no polo industrial de Manaus. Neste dia 23, no auditório da Federação das Indústrias, na avenida Joaquim Nabuco, Centro, as propostas a serem analisadas devem criar 1.996 vagas no mercado de trabalho. "As entidades - segundo parecer de Aírton Claudino, secretário de Planejamento que coordena

o órgão - têm ocupado novos espaços na defesa do modelo na arena nacional, tanto no debate fiscal, como na discussão econômica e estratégica regional". Neste momento da discussão da Reforma Fiscal, é oportuno que a liderança das entidades tenha alcançado prestígio nacional, onde Antônio Silva, presidente da FIEAM, aparece como vice-presidente da Confederação Nacional da Indústria. Assim, a ZFM pode contar com uma trincheira de luta para resguardar a dinâmica e o funcionamento do modelo.

Diversificação e interiorização

Além da Reforma Fiscal, a pauta de discussão nacional da ZFM tematiza a prorrogação dos incentivos, onde as propostas insistem na diversificação e disseminação da economia na direção do interior. Nesse

contexto, entre os itens da pauta a serem discutidos pelo Codam, está exatamente a análise da produção de coquetel de catuaba e sangria no município de Rio Preto da Eva, distante 57km de Manaus. Outro destaque da pauta é o de uma empresa para o setor de telefonia móvel, interessada em investir mais de R\$ 500 milhões e a contratar 144 trabalhadores em seu projeto. Além disso, serão avaliados ainda projetos relativos a fabricação de tablets, telefone celular, motocicletas, bicicletas, telhas metálicas, alimentos a base de cereais, condicionadores de ar e travesseiros.

Na contramão do esvaziamento

Enquanto a indústria nacional encolhe, por conta do custo Brasil nos gargalos de infraestrutura, e economia da ZFM aposta em sua sobrevivência e musculatura. A última reunião do Codam foi realizada em fevereiro deste ano e resultou na aprovação de 22 projetos, com destaques para as propostas da Unicoba para a fabricação de lâmpadas LED a partir de investimentos de R\$ 88 milhões e da Philco para a produção de condicionadores de ar com recursos de R\$ 32 milhões. Uma pauta com R\$ 1,1 bilhão de projetos, como a desta

quarta-feira, mobiliza esforços e exige parcerias entre o poder público e o setor produtivo para responder com resultados as pressões de todas as ordens que se levantam contra a renúncia fiscal do modelo.

Agenda Legislativa da Indústria

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, apresentou nesta terça (23), às 13h00, a Agenda Legislativa da Indústria 2013. A cerimônia aconteceu na sede da CNI, em Brasília, e contou com a presença de representantes da indústria brasileira, incluindo a comitiva das entidades e empresários do Amazonas, e dos parlamentares da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Na oportunidade, após a prestação de contas da CNI

relativas a 2012, o presidente da CNI, Robson Braga, fez a entrega solene da Agenda aos presidentes das Casas Legislativas do Congresso Nacional. Em sua 18ª edição, a Agenda Legislativa é o principal canal de interlocução da indústria brasileira com o Congresso Nacional, o Poder Executivo e a sociedade civil. Neste ano, o documento lista 130 propostas de interesse do setor industrial em tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado. A Agenda oferece um resumo de cada projeto de lei e traz a posição da indústria quanto a seu teor, convergente ou divergente. Dentre as 130 propostas da Agenda Legislativa, 17 figuram na Pauta Mínima, o conjunto de proposições de maior impacto para o ambiente de negócios do país. São projetos de lei com poder de afetar o dia a dia das empresas nos seguintes temas: regulamentação da economia, questões institucionais, meio ambiente, legislação trabalhista, infraestrutura e sistema tributário.

Unificação do ICMS, Prorrogação dos Incentivos e MP dos Portos

A presença da comitiva de empresários em Brasília, tendo à frente a direção das entidades da indústria, FIEAM e CIEAM, dá a medida da preocupação com os temas da unificação do ICMS e discussão dos gargalos logísticos e portuários da economia da Zona Franca de Manaus, cujos incentivos precisam ser prorrogados em função dos benefícios gerados e para evitar a devastação pura e simples do patrimônio natural e do banco genético que a floresta abriga. Em todos os itens de discussão, o que se observa é um distanciamento perigoso do poder político nacional em relação às dificuldades regionais da Amazônia, 2/3 do território brasileiro. Impõe-se estratégias inteligentes de divulgação e debate das questões amazônicas com a opinião pública do resto do país, com eficiência emergencial.

O modelo sobrevive, ganha fôlego e avança apesar dos percalços de infraestrutura e das pressões habituais

quarta-feira, mobiliza esforços e exige parcerias entre o poder público e o setor produtivo para responder com resultados as pressões de todas as ordens que se levantam contra a renúncia fiscal do modelo.

Esta Coluna é publicada às quartas, quintas e sextas-feiras, de responsabilidade do Centro da Indústria do Estado do Amazonas. Nesta edição contou com a colaboração de Alfredo MR Lopes. cieam@cieam.com.br

Qualidade ambiental

Fábrica P&G de Manaus é certificada

A fábrica da P&G Brasil em Manaus acaba de ganhar mais um motivo para comemorar o excelente trabalho de sustentabilidade desenvolvido nos últimos anos pela empresa. A fábrica de Manaus conquistou o certificado de qualidade ambiental "PS Sustainability Award", concedido pela própria P&G, por seu destaque na diminuição de 10% do CO₂ – um dos quatro princípios propostos pela P&G Global no quesito sustentabilidade. Além da redução de emissão de CO₂, entre os princípios da P&G estão o consumo de energia e de água, e a diminuição de resíduos.

Essa não é a primeira vez que uma fábrica da P&G Brasil recebe a certificação. Em 2012, a companhia também teve esse mesmo reconhecimento, na categoria Gold, pela redução em até 30% de CO₂, que também está entre os princípios sustentáveis, demonstrando que a P&G, como a maior empresa de bens de consumo do mundo, tem a responsabilidade de inovar e operar de forma ética e sustentável em todo o mundo.

De acordo com Gabriela Onofre, diretora de Comunicação da P&G Brasil, "sustentabilidade ambiental e responsabilidade social estão inseridas no propósito da companhia, e Manaus, por sua vez, também busca no dia a dia essa mesma meta. A



Foto: Divulgação

A fábrica de Manaus recebeu certificação pela matriz, P&G Global que propõe redução de emissão de gases tóxicos

sustentabilidade é incorporada diariamente nos produtos, embalagens e operações, e intensificada em todos os momentos da companhia".

Resíduo Zero

Em abril de 2013, a P&G também anunciou que 45 de suas unidades de produção no

mundo alcançaram a meta de não enviar mais resíduos industriais para aterros sanitários, incluindo a fábrica de Manaus. A iniciativa, denominada Resíduo Zero, é um avanço importante rumo à concretização da visão de longo prazo da P&G de acabar com o envio de resíduos industriais e pós-consumo para

aterros sanitários. Atualmente, 99% dos materiais que entram em suas fábricas saem como produtos finais ou reciclados, reaproveitados ou convertidos em energia, restando menos de 1% de todo o material que entra em suas unidades globais na forma de lixo.

Na fábrica da P&G Brasil, localizada em Manaus, todos os resíduos provenientes da produção são moídos, pesados e vendidos para a maior recicladora da região Norte, que, por sua vez, transforma esses resíduos em matéria-prima que volta à cadeia produtiva. Os resíduos de metal, papel, papelão, madeira e resinas plásticas também são 100% reciclados, além de outros, como o lodo do tratamento dos efluentes, que é enviado para secagem e posteriormente para compostagem. Os resíduos de óleo das máquinas são reciclados na fabricação de graxa por um fornecedor local. O resíduo restante do processo de afiação (borra de afiação) é enviado para coprocessamento na fabricação de cimento, e o resto do material que não pode ser reciclado é 100% incinerado, com 98% de reaproveitamento da energia gerada no processo de queima. A fábrica de Manaus trabalha com a reciclagem dos resíduos nos três turnos, ou seja, 24 horas por dia.

Diretor da Yamaha vai à Fieam e fala sobre ZFM

“O desafio que a planta do Polo Industrial de Manaus tem é desenvolver recursos humanos e dar oportunidade ao crescimento das pessoas para adquirirem mais conhecimento, habilidade, técnica e tecnologia. Assim, esperamos que os trabalhadores alcancem patamar de informações industriais e tecnológicas mais elevadas”, declarou o diretor executivo da Yamaha Motor da Amazônia, responsável pela planta de Manaus, Seijiro Teramae, em visita ao presidente da Fieam (Federação das Indústrias do Estado do Amazonas), Antonio Silva.

O encontro ocorreu na sede da organização e contou com a presença do presidente do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e Material Elétrico de Manaus, Athaydes Mariano Félix, que também é 1º vice-presidente da Fieam, e do diretor da Divisão Administrativa Financeira da Yamaha Manaus, Genoir Piosan.

Antonio Silva ressaltou que a casa da indústria amazonense está de portas abertas para atender à demanda da Yamaha, bem como de todas as empresas do segmento de duas rodas.

Yamaha

O setor é o segundo de maior empregabilidade no PIM (Polo Industrial de Manaus), com 18.450 trabalhadores, sendo 2.200 inseridos no quadro de funcionários da Yamaha.

“Temos interesse na permanência da Yamaha no Amazonas, gerando emprego e renda à nossa população. Para isso, o Sistema Fiam disponibiliza a educação profissional ao trabalhador nas escolas do Senai, e esporte, lazer, cultura e educação básica nas unidades do Sesi e no Clube do Trabalhador para industriários e seus dependentes. Todo este portfólio de serviços visa o fortalecimento das indústrias, sustentabilidade e competitividade dos produtos fabricados no PIM”, disse o presidente da Fieam.

Teramae ressaltou que desde a crise financeira mundial de 2008 a empresa teve retração, com queda de produção e receita. Porém, com a política de gestão e qualidade a Yamaha continua buscando a retomada do crescimento e da rentabilidade

“Só conseguimos oferecer produtos e sonhar se tivermos rentabilidade, pois sem isso as nossas perspectivas de futuro ficam reduzidas. Para elevar o retorno dos negócios da Yamaha estamos acompanhando os resultados e motivando nossa equipe”, avalia o diretor da Yamaha, enfatizando que em apenas dois meses em Manaus, observa o envolvimento dos trabalhadores no compromisso de melhorar os resultados dos anos anteriores.”

Dois Rodas

O presidente da Fieam, Antonio Silva, fez uma rápida contextualização do cenário econômico brasileiro ao diretor japonês, lembrando um dos motivos que impactaram em 2012 as empresas do segmento de Duas Rodas instaladas no PIM.

“As medidas do governo federal aplicadas em 2012, como a redução do crédito ao cidadão para compra de motocicletas e automóveis, limitando o pagamento da entrada em pelo menos 30% e diminuição do parcelamento, atingiu o poder de compra da população, ocasionando mudança na indústria”, explicou Silva, lembrando que o mercado teve desaquecimento produtivo e comercial no ano passado.

Retração

Os resultados dessas medidas foram retração da indústria de Duas Rodas, diminuição da capacidade produtiva das fábricas, a adesão de férias coletivas e de demissão no setor.

O presidente da Fieam foi além das apresentações da entidade, dos incentivos do PIM e da economia brasileira e local. Antonio Silva sugeriu o estudo e avaliação do executivo da Yamaha à proposta de ampliar a cadeia de fornecedoras locais à empresa.

“É importante o mapeamento das necessidades por produtos, insumos e serviços da Yamaha para que possamos motivar o início de algumas parcerias. Com o relatório das demandas poderemos chamar os atores de cada segmento apontado para analisar e viabilizar essas parcerias que trarão vagas de emprego ao Amazonas, bem como crescimento à Yamaha”, ponderou Silva

CAPA

NO DISTRITO PÁGINA A9

Atrasos e demissões na H-Buster

sim & não

Falta agora Artur deixar o PSDB

A considerar a ameaça que fez há 55 dias de que sairia do PSDB caso seu partido se manifestasse contra a reforma do ICMS interestadual que beneficia o AM, o prefeito Artur Neto está a um passo de deixar a legenda. Ontem, os líderes tucanos no Senado, Aloysio Nunes Ferreira (SP) e Alvaro Dias (PR), fizeram irônico e duro discursos contra a ZFM, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), mostrando que hoje, quando a matéria irá a votação, deverão atuar pela derrubada do texto.

Ameaça No dia 18 de março, ao perceber que o PSDB votaria contra o ICMS, Artur disse: "Estou esperando, nesse episódio do ICMS, coerência e sobriedade do meu partido. Se votarem contra a diferenciação do ICMS, não vou nem discutir, vou mandar minha desfiliação e está acabada a conversa". Ele fez a ameaça logo depois de ter falado com Aloysio Nunes.

Ironia Indiferente, porém, à ameaça de Artur, o vice-líder do PSDB, Alvaro Dias, ironizou o benefício sugerindo que a vantagem do AM é tanta que "não haverá espaço territorial em Manaus para receber as empresas", que, por sua vez, "poderão deixar o País".

Renúncia Mais direta contra a Zona Franca foi a fala do líder

tucano Aloysio Nunes. Na discussão da reforma do ICMS, ele disse que o modelo, em sua história de sucesso, já é beneficiado com "renúncias fiscais vultosíssimas". Ele estimou essa renúncia em R\$ 22 bilhões e comparou: "Mais do que a Bolsa Família".

MD Antes mesmo de Artur se posicionar a respeito do iminente constrangimento que poderá passar no abrigo tucano, gente muito próxima a ele fala que o prefeito anda muito próximo do recém-criado MD, partido resultado da fusão PPS e PMN.

Consulta A propósito, para mostrar que o MD está nos planos de Artur, caso deixe o PSDB, os aliados do tucano comentam que ele está sendo

procurado por vereadores que consultam a respeito do novo partido.

Nomes Fonte do MD revelou que o deputado Adjuto Afonso (PP) e o filho dele, Diego Afonso, que em 2012 disputou vaga à CMM pelo PMDB, abriram conversa com a stígia.

Inventário O ex-prefeito Amazonino Mendes (PDT) levantou o número de unidades de saúde existentes no Estado e vai apresentá-lo no programa do PDT que irá ao ar no próximo dia 1º de maio. Quer mostrar que fez mais no setor do que seus sucessores Eduardo Braga (PMDB) e Omar Aziz (PSD).

Números Pelas contas de Amazonino, em todo o AM existem 133 pontos de saúde,

entre hospitais, maternidades, pronto-socorros, unidades básicas de saúde. Ele reivindica a autoria de 97 dessas obras.

Governador O presidente estadual do PT, João Pedro, comentou que a reunião de sábado do PT que discutiu a candidatura de Francisco Praciano a senador não foi o único ponto tratado. Segundo ele, os petistas conjecturaram de tudo "inclusive disputar o governo do Estado".

Tecnologia O corregedor do TJ-AM, Yedo Simões, vai hoje à ALE-AM falar dos avanços tecnológicos da Justiça no Estado. A ideia é atrair parceria de outros poderes para ampliar os serviços já oferecidos pelo Judiciário.

PINGA FOGO

✘ Presidindo sessão da ALE-AM ontem, o deputado Belarmino Lins (PMDB) anunciou: "Com a palavra o deputado Wanderley Dallas (PMDB), que está vestido com um paletó que deve ser um dos últimos do auxílio-paletó", disse referindo-se ao traje quadriculado do colega.

✘ Dallas não silenciou sobre a provocação e retrucou: "Essa brincadeira não condiz com o vosso humor. Mas, entre o meu paletó quadriculado e seu, o seu, sim, parece ser o último do auxílio-paletó".

✘ Rodrigo Guedes, subsecretário da Sermdej, terá o nome homologado no domingo para comandar a juventude estadual do PSDB. A escolha saiu ontem e foi indicação do presidente do PSDB-AM, Arthur Bisneto.

H-Buster em apuros na ZFM

Empresa chinesa que fabrica televisores no Polo Industrial de Manaus entrou com pedido de recuperação judicial

ADAN GARANTIZADO

adan@acritica.com.br

Funcionários da H-Buster da Amazônia estiveram ontem na Assembleia Legislativa do Estado (Aieam) protestando contra os atrasos de salários e demissões que a empresa vem promovendo. Cerca de 1600 funcionários alegam que estão sem receber desde o dia 15 de março.

A H-Buster concedeu férias coletivas a 900 colaboradores durante o ano. Segundo registros do Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas (Sindimetal), ela já demitiu 141 pessoas em 2013. Em 22 de março desse ano, a empresa deu entrada numa ação de recuperação judicial na justiça de São Paulo. O caso foi transferido para a justiça amazonense na última semana.

A H-Buster tem origem chinesa e atua desde 2007 no Polo Industrial de Manaus. A companhia fabrica atualmente televisores, alarmes e aparelhos de som automotivo no PIM. Em agosto do ano passado, a fábrica teve projeto de ampliação aprovado pelo Conselho de Administração da Suframa (CAS), onde iria começar a produzir telas de LCD. Na ocasião, diretoria da H-Buster recebeu a visita do superintendente da Suframa, Thomaz Nogueira, e do secretário executivo do MDIC, Alessandro Teixeira onde firmou o compromisso de



Funcionários demitidos ou que receberam férias "forçadas" lotaram ontem auditório da Assembleia Legislativa

Empresas do PIM que mais demitiram em 2013

EMPRESA	DESLIGAMENTOS	EMPRESA	DESLIGAMENTOS
Samsung Electronics	392	Envision	172
Semp Toshiba	283	LG	148
Moto Honda	221	H-Buster	141
Sony	213	Whirlpool	138
PTZ da Amazônia	179	Jabil	132

Fonte: Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas (Sindimetal)

contratar 200 novos funcionários.

CESSÃO DE TEMPO

Temendo não receber os salários atrasados e ficar sem emprego, uma comissão de funcionários da H-Buster conseguiu ontem uma cessão de tempo na ALE-AM, con-

cedida pelo deputado Luiz Castro.

Na tribuna, Alexandre Pinto, representante dos trabalhadores, disse que os funcionários não foram comunicados em nenhum momento da situação da empresa e reforçou o clima de instabilidade entre os colaboradores da H-Buster.

Os funcionários ainda aproveitaram para denunciar outras irregularidades que a empresa estaria cometendo, como a ausência de anotações na carteira de trabalho e desvio de função.

SEPLAN

À tarde, a comitiva de funcionários foi recebida pelo Secretário de Estado de Planejamento, Aírton Claudino na sede da Seplan, que se comprometeu a averiguar a situação.

O advogado Fábio Amorim, que representa os empregados da H-Buster, orientou os clientes a ingressarem com ações de rescisão indireta, onde é garantido o pagamento de todos os direitos trabalhistas e o sa-

Blog

“Aírton Claudino

SECRETÁRIO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO

Pessoalmente eu não tinha conhecimento do problema da H-Buster.

Nós vamos tentar entender o que se passa e verificar o que ocorreu com a empresa. Hoje, a Seplan fará uma visita à fábrica e também vai tentar conversar com a Suframa. Precisamos entender o motivo da recuperação judicial da empresa, até porque, o principal produto dela são os televisores, que não enfrentam nenhum problema de mercado atualmente. O polo de componentes, por exemplo, está enfrentando dificuldades por conta da concorrência chinesa, que tem sido desfavorável ao PIM. De repente, a H-Buster pode estar enfrentando algo pontual, mas como disse, precisamos entender os motivos. A primeira ideia é verificar o que o Estado pode fazer para garantir que a empresa continue aqui, gerando empregos. Precisamos proteger a sociedade, pois esta empresa recebe incentivos fiscais para funcionar aqui”.

do do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

Segundo Fábio, a empresa vem tendo uma postura incorreta no processo. “Já sabemos que a H-Buster está se desfazendo do patrimônio aqui no Estado. O nosso receio é que eles não paguem seus credores. Alguns diretores, inclusive, já se ausentaram até do país. Se eles continuarem com essa postura de não comunicar o que está acontecendo, nós vamos pedir o bloqueio de todos os bens deles na justiça”, prometeu o advogado dos empregados.

Por meio de sua assessoria de imprensa, a H-Buster informou que não houve desligamento de qualquer funcionário e também negou veementemente o fechamento da fábrica de Manaus. A companhia esclareceu ainda que aguarda a decisão da Justiça sobre o pedido de recuperação judicial, que caso aprovado, permitirá à empresa superar as dificuldades circunstanciais que está enfrentando no momento.

DESLIGAMENTOS

De acordo com dados do Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas (Sindimetal), 5.745 funcionários foram demitidos das empresas do PIM em 2013, sendo 3.477 homens e 2.268 mulheres. O mês de março registrou o maior número de desligamentos (2.037).

Jucá queria 'aprontar'

Senador Romero Jucá (PMDB-RR) propôs emenda que afrontaria interesses da Zona Franca de Manaus

ANTONIO PAULO

antoniopaulo@acritica.com.br

BRASÍLIA (SUFRAMA). A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) vota hoje, às 11h30, o relatório do senador Delcídio Amaral (PT-MS), ao Projeto de Resolução do Senado (PRS) nº 01/2013, que unifica as alíquotas de ICMS a partir de janeiro de 2016. Ontem, os senadores discutiram o parecer apresentado na semana passada que garante alíquota diferenciada de 12% nas operações interestaduais de produtos oriundos da Zona Franca de Manaus. O relator também fez pequenas alterações no texto diante das 30 emendas oferecidas ao substitutivo.

Entre as modificações acatadas por Amaral está uma proposta do senador Romero Jucá (PMDB-RR) que mantém a mesma alíquota de 12% do ICMS, concedida à ZFM, às Áreas de Livre Comércio (ALCs) de Boa Vista e Bonfim, em Roraima, de Guajará-Mirim, em Rondônia, de Macapá e Santana, no Amapá, e de Basiléia, no Acre.

Por muito pouco essa emenda, que traria problemas à ZFM, não ficou no texto do relator, segundo o senador do Amazonas e líder do Governo, Eduardo Braga (PMDB-AM), que intermediou as mudanças e ajustes. "A emenda de Jucá era pegadinha, mas fomos salvos pelo gongo", disse Braga.

De acordo dele, o que foi intro-



Braga explicou pegadinha de Jucá

duzido no projeto de resolução nº 1 está ligado à Lei 11.898 que trata do regime tributário da fronteira com o Paraguai. Aparentemente, não tem nada a ver com a Zona Franca. Só que nos artigos 26 e 27, os produtos industrializados na área de livre comércio, importação e exportação, ficam isentados do IPI (Imposto sobre Produto Industrializado) que se destinem ao consumo interno quer para a comercialização em qualquer outro ponto do território nacional. "Ora, eles já iam ter isenção de IPI e queriam os 12% de ICMS sem respeitar o que diz o parágrafo primeiro daquela lei. Esse dispositivo diz que a isenção só se aplica a produtos cuja compo-

sição final haja preponderância de matéria prima regional (PPB regional). Se vou produzir remédio, tem que ter copaíba; se vou fazer um enlatado de peixe não pode ser com sardinha do mar, tem que ser do rio para ter o benefício, se não eles acabam transformando uma área livre comércio em área de zona franca industrial, concorrendo com o Amazonas", disse Braga.

Pelo acordo firmado e introduzido no texto final de Amaral, as ALCs vão ter os 12% de ICMS, nas operações de venda, mas nas transações com a Zona Franca a regra geral vai prevalecer "porque não queremos transferir benefício fiscal na área de componentes, de bem final sob pena de eles montarem uma zona franca para concorrer com o Amazonas".

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) diz que o acordo fortalece a economia dos Estados do Norte e não chega a ser impactante para a Zona Franca de Manaus, pois as operações realizadas nos Estados vizinhos são pequenas.

Blog

Wilson Périco

VICE-PRESIDENTE
DA FIEAM

"O relatório do senador Delcídio Amaral está alinhado com a Constituição Federal que garante a diferenciação tributária à ZFM. O texto também segue a orientação encaminhada pela presidente da República o que demonstra que o Governo também está preocupado com as desigualdades regionais, buscando formas de reduzi-las. Essas diferenciações, incluindo-se aí os 7% para o Nordeste e Centro-Oeste, é uma forma de compensar as deficiências com logística. Infraestrutura, educação e mão de obra que precisa de uma melhor qualificação. Sem esse tratamento diferenciado, não será possível diminuir as desigualdades".

Choque de realidade

A luta pela Zona Franca não é de única responsabilidade do governador Omar Aziz, do suprintendente da SUFRAMA, Thomaz Nogueira, do presidente da FIEAM, Antonio Silva, ou do presidente do CIEAM, Wilson Périco. Nem do senador Eduardo Braga que vem de convocar as lideranças políticas amazonenses ao enfrentamento. Ele está certo. O esforço pró ZFM é prioridade sempre. Lideranças sindicais, comunitárias, estudantis, a Universidade, as Federações da

Agricultura e do Comércio, os conselhos profissionais, enfim, todos são responsáveis. O Conselho Regional de Economia (CORECON) deve muito ao Amazonas. O Estado vive momento seminal de sua história. Seria de todo saudável viesse a se colocar na vanguarda desse movimento. E mais, mergulhar sua base técnica na elaboração

de estudos especializados que pudessem municiar a representação política junto à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal (CAE), onde tramita o projeto de resolução 1/2013, alusivo à reforma do ICMS. O mesmo pode-se dizer da OAB, entidade que guarda tantas tradições de luta pelos direitos humanos e a legalidade institucional, ora, contudo, ao que leva a crer inteiramente alheia ao que se passa em Brasília.

Tais iniciativas se fazem necessárias. Enquanto a SEFAZ mantém-se atrelada a enfoques eminentemente fiscalistas, a SEPLAN aparentemente ignora a questão. É evidente que o governo estadual e a SUFRAMA não dispõem de projeto alternativo a negociar perante o CAE, o que muito enfraquece o posicionamento da ZFM. Ou

conseguimos definir já o efetivo papel da instituição no processo de expansão econômica de longo prazo da região, ou estaremos condenados pelo resto dos tempos a prosseguir mendigando prazos de prorrogação.

Por ocasião de campanhas políticas empreendidas em passado recente, candidatos oficiais aqui vieram e prometeram prorrogações de prazo de sobrevida da ZFM por 50 e até de 100 anos. E assim asseguraram retumbantes vitórias eleitorais.

Entretanto, não cumpriram até o momento o compromisso assumido perante o eleitor. Esta é a realidade à qual não podemos nos deixar subjugar. É muito fácil ludibriar um povo tão crédulo e dócil como o desta terra. O amazonense talvez, mas não suas lideranças políticas. Ao que se presume, na grande maioria, suficientemente bem informados,

Osiris
Silva

e-mail:
osirisasilva@
gmail.com



esclarecidos, viajados e experientes para se deixar envolver por promessas vãs. Por outro lado, em que momento se debateu ou se vem questionando a Zona Franca, crítica e prospectivamente? Há 30, 40 anos atrás, quando contávamos com técnicos de alto nível, especializados nos mecanismos fiscais vigentes. Em vez de estudos de profundidade sobre a legislação de incentivos, os caminhos que o modelo deveria seguir para se ajustar ao mundo contemporâneo, o que temos? Regra geral, manipulações político-eleitorais sem maiores comprometimentos futuros. Pior: como registrou um amigo por e-mail, a completa falta de reação, o silêncio morno do desinteresse, enquanto caminhamos para um futuro que sabe-se-lá nos aguarda. A Crítica, edição deste último

domingo, foi ao centro do problema ao convocar a sociedade a se mobilizar. Inspirado na iniciativa de Umberto Calderaro Filho, seu fundador, incitou a todos acreditar que Manaus e o Amazonas podem ser melhores e maiores, no dizer da diretora de Marketing Corporativo da RCC, Paula Vieira. A sociedade, ela salientou, "tem o poder de fazer as mudanças acontecerem". Aruana Brianezi, diretora de Redação, afirmou na mesma matéria que, em virtude da imensa penetração junto ao leitor amazonense, A Crítica "detectou ser este o momento exato de partir para o resgate da força que o povo mantém guardada no mais fundo de sua crença no futuro desta terra". Bons fundamentos para o enfrentamento do choque de realidade a que ora estamos submetidos.

Mais conhecimento no PIM

Esse é o desafio que a Yamaha diz encarar na fábrica de motocicletas que ela possui no Polo Industrial de Manaus

"Desafio à planta do Polo Industrial de Manaus é desenvolver recursos humanos e dar oportunidade ao crescimento das pessoas para adquirirem mais conhecimento, habilidade, técnica e tecnologia. Assim, esperamos que os trabalhadores alcancem patamar de informações industriais e tecnológicas mais elevadas", declarou o diretor executivo da Yamaha Motor da Amazônia, responsável pela planta de Manaus, Seijiro Teramae, em visita ao presidente da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam), Antonio Silva.

O encontro ocorreu na sede da organização e contou com a presença do presidente do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e Material Elétrico de Manaus, Athaydes Mariano Félix, que também é 1º vice-presidente da Fieam, e do diretor da Divisão Administrativa Financeira da Yamaha Manaus, Genoir Plerosan.

Antonio Silva ressaltou que a Fieam está de portas abertas para atender à demanda da Yamaha, bem como de todas as empresas do

Saiba mais

Verticalização

O presidente da Fieam, Antônio Silva, foi além das apresentações da entidade, dos incentivos do PIM e da economia brasileira e local. Antônio Silva vinculou o estudo e a avaliação do executivo da Yamaha à proposta de ampliar a cadeia de fornecedores locais da empresa.

segmento de duas rodas. O setor é o segundo de maior empregabilidade no Polo Industrial de Manaus (PIM), com 18.450 trabalhadores, sendo 2.200 inseridos no quadro de funcionários da Yamaha.

"Temos interesse na permanência da Yamaha no Amazonas, gerando emprego e renda à nossa população. Para isso, o Sistema Fieam disponibiliza a educação profissional ao trabalhador nas escolas do Senai, esporte, lazer, cultura e educação básica nas unidades do Sesi e no Clube



Presidente da Fieam (cabeceira), quando conversava com o diretor executivo da Yamaha, Seijiro Teramae

do Trabalhador para industriários e seus dependentes. Todo este portfólio de serviços visa o fortalecimento das indústrias, sustentabilidade e competitivi-

dade dos produtos fabricados no PIM", disse Antonio Silva.

RETRAÇÃO

Teramae ressaltou que desde a

crise financeira mundial de 2008 a empresa teve retração, com queda de produção e receita. Porém, com a política de gestão e qualidade a Yamaha conti-

nua buscando a retomada do crescimento e da rentabilidade. "Só conseguimos oferecer produtos e sonhar se tivermos rentabilidade, pois sem isso as nossas perspectivas de futuro ficam reduzidas. Para elevar o retorno dos negócios da Yamaha estamos acompanhando os resultados e motivando nossa equipe", avalia o diretor da Yamaha, enfatizando que em apenas dois meses em Manaus, observa o envolvimento dos trabalhadores no compromisso de melhorar os resultados dos anos anteriores.

Antonio Silva, fez uma rápida contextualização do cenário econômico brasileiro ao diretor japonês, relembrando um dos motivos que impactaram em 2012 as empresas do segmento de Duas Rodas instaladas no PIM. "As medidas do governo federal aplicadas em 2012, como a redução do crédito ao cidadão para compra de motocicletas e automóveis, atingiu o poder de compra da população, ocasionando mudança na indústria", explicou Silva.

Governo desonera dois setores de um só vez

Indústrias do setor químico e empresas que produzem etanol terão carga do PIS/Cofins aliviada

BRASÍLIA (FOLHAPRESS) O ministro da Fazenda, Guido Mantega, anunciou ontem uma redução de tributos para a indústria química brasileira. A alíquota do PIS/Cofins que incide sobre o valor das matérias primas, hoje em 5,6%, será agora de 1%. Além disso, o governo manteve em 9,25% o crédito tributário do setor. Ou seja, a cada 1% de PIS/Cofins pago, a indústria recebe créditos de 8,25% para descontar de outros tributos.

A desoneração vale até 2015. A partir de 2016, o imposto vai ser elevado gradualmente até chegar ao patamar atual, em 2018. De acordo com Mantega, as desonerações para a indústria química vão fazer com que o governo deixe de arrecadar R\$ 1,1 bilhão neste ano.

O governo está preocupado com a queda na competitividade e com a crescente importação no setor. Segundo o ministro, o setor hoje tem um déficit com o exterior de US\$ 27 bilhões.

AÇÚCAR

O governo anunciou também ontem feira uma série de incentivos para o etanol no país. Foram liberadas linhas de crédito para produção e estocagem no valor de R\$ 6 bilhões. Além disso, os produtores terão direito a um crédito de PIS-Cofins para reduzir a carga tributária do setor. Segundo o mi-



Ministro Guido Mantega disse que o governo deixa de arrecadar R\$ 1,1 bilhão com a desoneração para setor Químico

nistro Guido Mantega, equivalerá a zerar o imposto, que corresponde a R\$ 0,12 por litro. No entanto, nem Mantega nem a presidente Dilma Rousseff quiseram se comprometer com a redução do preço do etanol nas bombas.

Se o incentivo for repassado pelas usinas aos distribuidores, o preço no Rio poderá cair em torno de 5% nas bombas. Como o etanol custa, segundo dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP), R\$

2,276, em média, no município do Rio, isso significa que o preço por litro poderia cair cerca de R\$ 0,11, para R\$ 2,162, conforme cálculos de técnicos do setor.

Para a presidente da União da Indústria da Cana-de-Açúcar (Unica), Elizabeth Farina, 30% das usinas não serão beneficiadas com a redução das taxas de juros dos financiamentos para renovação de canaviais e estocagem de etanol. A avaliação dela foi fei-

ta ontem, depois de o governo anunciar medidas de incentivo ao setor sucroalcooleiro. Segundo ela, essas agroindústrias estão em dificuldades financeiras e não terão condições de se qualificar para ter acesso ao crédito. Ela afirmou que, em função das margens negativas, mais 12 usinas devem suspender atividades neste ano e irão se somar às 40 que paralisaram processamento nos últimos cinco anos.

Codam aprecia hoje 42 projetos

Acontece hoje, às 14h, a 244ª reunião do Conselho de Desenvolvimento do Estado do Amazonas (Codam), no auditório da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam). Estão na pauta que será levada à apreciação dos conselheiros 42 projetos industriais que somam investimentos da ordem de R\$ 875.788 milhões e 2.054 novas vagas no mercado de trabalho, no período de até três anos.

A pauta relaciona projetos para a fabricação de produtos diversos como telefone celular, bebidas, *tablets* (produto que vem ganhando espaço na Zona Franca de Manaus), componentes e condicionadores de ar. A pauta completa está disponível na página www.seplan.am.gov.br item "Destques".

CAS

No dia 30 deste mês acontecerá a 262ª reunião do Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus (CAS), cuja pré-pauta já está disponível no site da autarquia, contendo diversos projetos industriais de implantação e diversificação. Até o dia da reunião, a pauta poderá sofrer alterações. A primeira reunião do ano do CAS foi realizado no dia 28 de fevereiro, data em que a Zona Franca de Manaus completou 46 anos.

Alfândega do Porto arrecada R\$ 266 mi

A Alfândega da Receita Federal no Porto de Manaus arrecadou, em março, R\$ 66.688.220,00 milhões em tributos federais no estado do Amazonas. Desse total, R\$ 31 milhões foi de Imposto de Importação (II), R\$ 6 milhões de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e R\$ 24,80 milhões em PIS/Cofins. Já em multas, a fiscalização da Alfândega totalizou R\$ 750 mil.

Com esse resultado, a arrecadação acumulada da unidade já atingiu o valor de R\$ 266 milhões no 1º trimestre do ano, cifra que superou os R\$ 231 milhões arrecadados no mesmo período do ano passado.

Outro resultado positivo, que também reforça o compromisso da Alfândega do Porto de Manaus com a Zona Franca de Manaus (ZFM) é o número de desembaraços aduaneiros realizados. Até o mês de março, mais de 19 mil declarações de importação foram finalizadas.

A unidade também vem intensificando a sua atuação na zona secundária com o lançamento de quase R\$ 1 bilhão de reais em créditos tributários, punindo empresas que não cumpriram com suas obrigações fiscais. Além disso, atuou repressivamente, com a operação "Guarda Volume", em que a Alfândega apreendeu R\$ 4,5 milhões em produtos suspeitos de falsificação e descaminho encontrados no centro de Manaus.

Claro & Escuro

Projeto exige marcação cerrada para garantir vantagens da ZFM

a reunião de ontem da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado sobre a proposta de equalização do ICMS, a movimentação era grande, tanto de senadores quanto de deputados federais.

Alfredo Nascimento, Vanessa Grazziotin e Eduardo Braga, além de líderes empresariais locais acompanharam de perto as discussões sobre as novas alíquotas interestaduais do imposto, só não se viu nenhum deputado federal amazonense na reunião sobre o tema, que é fundamental para o futuro do Polo Industrial de Manaus. A observação é do presidente do Centro da Indústria do Amazonas (Cieam), Wilson Périco, que está em Brasília monitorando as mudanças no projeto que deve acabar com a guerra fiscal no País. E, para se ter uma ideia da importância de fiscalizar as discussões, ontem, o relator do projeto na CAE, Delcídio Amaral (PT-MS), cedeu mais uma, desta vez para as Áreas de Livre Comércio.

Agentes bilíngües

O Instituto Municipal de Engenharia e Fiscalização de Trânsito (Manaustrans) vai investir na formação de 200 agentes de trânsito bilíngües, como parte do Programa de Capacitação para Servidores Municipais - Manaus. [Copa](#)

OAB nas escolas

A Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Amazonas (OAB/AM) volta à sala de aula com o projeto 'OAB vai à Escola', que leva noções de Direito e Cidadania à rede pública de ensino.

Revisão

Salário no PIM é até 14% abaixo do País

TEXTO Lais Motta
FOTO Raimundo Valentim

MANAUS

A indústria do Amazonas paga salários até 13,83% menores do que a média nacional, apesar de concentrar um dos maiores polos produtores do País. Os dados são do Salariômetro, ferramenta da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), e apontam, ainda, que as mulheres têm remunerações mais baixas do que os homens em relação a outros Estados. Os especialistas da área discordam.

Uma das funções mais comuns nas empresas do Polo Industrial de Manaus (PIM), a de alimentador de linha de produção, tem variação de 8,69% em relação ao índice médio do País.

Salários mais altos que os do Amazonas são encontrados em locais como São Paulo (R\$ 953), Paraná (R\$ 828) e Espírito Santo (R\$ 783). O Amazonas tem apenas o sexto maior salário de alimentador de linha de produção.

Os dados do Salariômetro têm como base os registros do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) e na Relação Anual de Informações Sociais (Rais) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

A ocupação de maior variação salarial é a de soldador, que no Amazonas tem renda mensal de R\$ 1.337. A diferença em relação aos R\$ 1.522 do País é de 13,83%. De acordo com o Salariômetro, os trabalhadores no Estado têm ganho inicial de R\$ 1.343 e as trabalhadoras de R\$ 1.090. Na comparação com o salário nacional pago às mulheres (R\$ 1.292), a margem lo-



Alimentador de linha de produção tem variação de 8,69% em relação ao índice médio do País

SALARIÔMETRO

VARIAÇÃO

DIFERENÇA EM RELAÇÃO À MÉDIA NACIONAL

Atividades	Salário Inicial AM (R\$)	Brasil (R\$)	Ranking
Soldador	1.337	1.528	14*
Alimentador de linha de produção	771	838	6*
Engenheiro de produção	5.501	6.026	14*
Supervisor da indústria de bebidas	3.017	2.854	5*

NOTA: SALARIÔMETRO FITE

cal é 15,63% menor.

A qualificação em desvantagem com as regiões Sul e Sudeste, é um dos fatores de diferenciação salarial, analisa o presidente do Sindicato da Indústria de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares do Estado do Amazonas (Sinães/AM), Celso Piacentini. "Via de regra, os salários da mão de obra direta em Manaus são um

pouco mais baixos devido à especialização, nível de treinamento e qualificação", afirma.

Enquanto há grande oferta de profissionais menos qualificados para funções simples, a mão de obra de engenharia ou técnica é restrita. Piacentini destaca que os salários são até 20% maiores por causa da dificuldade de encontrar profissionais de especialização mais específica.

FRASE



Celso Piacentini. Pres. do Sinães

Via de regra, os salários da mão de obra direta em Manaus são um pouco mais baixos devido à especialização, nível de treinamento e qualificação

EM ALTA

Segmento de bebidas paga mais no AM

Com o setor de bebidas em alta, a profissão de supervisor da indústria de bebidas no Amazonas aparece com vencimentos iniciais 5,71% maiores que a média nacional. Mestre cervejeiro, da indústria de bebidas e de engarrafamento locais tem salários de R\$ 3.017 no Estado e de R\$ 2.854 em nível Brasil.

Para o vice-presidente do Sindicato da Indústria de Bebidas de Manaus, Aristarco Neto, o mercado está se tornando mais competitivo e requerendo mão de obra qualificada. No segmento de bebidas, a exigência é ainda maior quando o critério é especialização. Neto confirma que houve um aquecimento salarial no segmento em função da busca por mais espaço no mercado. Segundo o Salariômetro, os supervisores desse setor têm o quinto maior salário do País. "O que torna o supervisor mais valorizado é essa dinâmica de competitividade do varejo", avalia Neto.

O salário inicial mais alto do Brasil é pago no Pará (R\$ 5.605). Maranhão vem em seguida com R\$ 4.072 e depois São Paulo com R\$ 3.657.

A negociação coletiva, também mais forte nas regiões Sul e Sudeste, é outro fator que favorece salários mais altos que o Amazonas. "Em outros lugares, essa negociação é muito forte, tem bases muito boas e isso ajuda muito", afirma a presidente da Associação Brasileira de Recursos Humanos no Amazonas (ABRH-AM), Ozeneide Casanova. Ela salienta que as empresas apuram os valores oferecidos, levando em conta a função e importância do cargo.

Casanova discorda que haja diferença nos salários pagos por gênero. "Os cargos são colocados independente do sexo, não pode haver discriminação até porque vai contra a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho)", disse. "Os cargos, salários e carreiras são dispostos para a função, não para o sexo", reforça.

Já Piacentini afirma que não há essa diferenciação no segmento eletroeletrônico e que as variações que podem ocorrer são em ocupações que exigem força física e que dificilmente são exercidas por mulheres.

Na profissão de engenheiro de produção, os rendimentos nacionais ficam na faixa de R\$ 6.026, cerca de 9,54% maiores que os R\$ 5.501 pagos no Amazonas. É essa ocupação que apresenta a maior diferença nos salários pagos às trabalhadoras locais em relação à média nacional.

Comissão do Senado vota hoje parecer do ICMS com vantagem para ZFM

Acordo estende benefício de 12% da alíquota do tributo para as zonas de livre comércio do Norte

TEXTO Rosana Villar

MANAUS

O relatório final sobre o Projeto de Resolução do Senado (PRS) nº 01/2013, que trata sobre a unificação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), entrará em votação na manhã de hoje. No texto final apresentado nesta terça-feira, o relator do projeto, senador Delcídio Amaral (PT/MS), acatou o pedido de extensão da alíquota de 12% às demais áreas de livre comércio da Região Norte e outras nove emendas, de 30 apresentadas.

O projeto do senador Romero Jucá (PMDB-RR), de extensão da alíquota diferenciada

para outras áreas de livre comércio, foi aprovado parcialmente, com a ressalva de que as mercadorias e bens oriundos dessas zonas sejam produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB) estabelecido pelo governo federal.

Para a bancada do Amazonas no Senado e representantes da indústria, o texto atual resguarda a competitividade da Zona Franca de Manaus (ZFM).

O relatório prevê a alíquota de 7% para produtos industrializados, ampliando a unificação também para produtos agrícolas que tenham passado pelo Processo Produtivo Básico (PPB), que saíam das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e do Estado do Espírito Santo para

FRASE



Wilson Périco.
Presid. do Cieam

O texto final está bom. Precisávamos de regras claras e que sejam seguidas e cumpridas para garantir segurança jurídica aos investidores"

os demais Estados do Sul e Sudeste. E redução gradual para 4% nas demais transações interestaduais. A alíquota de 12% diferenciada para a ZFM foi mantida.

Entretanto, em seu relatório final, Delcídio Amaral vinculou a vigência das novas alíquotas à criação do fundo de compensação e de desenvolvimento regional, previstos na Medida Provisória 599/2012.

O ponto foi um dos mais discutidos do projeto, já que a maioria dos parlamentares teme que o fundo nunca seja regulamentado, o que já aconteceu no passado. Em 1996 a lei complementar nº 87, conhecida como Lei Kandir, promoveu a isenção de ICMS para produtos destinados à exportação,

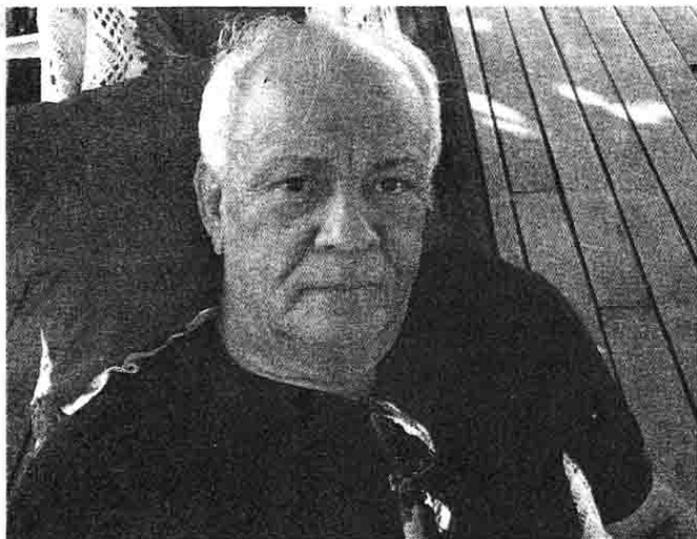
com a promessa de compensação aos estados. Mas, na prática, nunca funcionou plenamente. Segundo o próprio Delcídio Amaral, até hoje o fundo criado em 1996 compensou apenas 10% dos prejuízos estaduais.

As novas regras foram vinculadas também à aprovação de um projeto de lei complementar que valide os benefícios já concedidos pelos Estados. O texto prevê que a validação destes incentivos seja submetida à aprovação de no mínimo três quintos dos representantes do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

Para o presidente do Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam), Wilson Périco, a decisão confere maior credibilidade jurídica ao País.

CAPA

O anfitrião do evento bimestral é Antônio Silva, presidente da Fieam



**CODAM AVALIA
R\$ 1 BILHÃO EM
PROJETOS PARA
A ZONA FRANCA**

Entre as propostas a serem discutidas está a produção de coquetel de catuaba e sangria

Pág. 3

Fala Sério

Sob encomenda

Composta por uma composição ficha limpa entre as empresas Juma Participações e Login-Logística, duas fichas limpas e inatacáveis, a Lajes sai do páreo de construção de um terminal moderno e eficiente de que a ZFM precisa porque o relator Eduardo Braga proíbe, em seu relatório, à página 7, (confira <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=126162&tp=1>) empresa de navegação associar-se a portos privados.

Ponto com nó

Braga, que de besta só tem a cabeleira ruiva, incluiu também a possibilidade regional dos governos estaduais exercerem poder de licenciamento e veto nos assuntos portuários. Ele fez média com Pernambuco focando no Amazonas em sua eventual assunção governamental.

Fala Sério (continuação)

Lisura da legalidade

É importante lembrar que Omar, tão logo assumiu o governo, consciente dos prejuízos da atual estrutura portuária, lenta e cara, tratou de destravar as amarras sutis impostas pelo antecessor e liberou – dentro da lisura e da legalidade - o projeto das Lajes.



A muiratinga de Omar

E mais: Omar percebeu que a orquestração para impedir a modernização portuária havia incluído a canalha assentada no IPHAN, que tombou o Encontro das Águas apenas e tão somente para impedir a implantação do projeto nas redondezas. Omar levou a questão ao Supremo e chamou a canalha pra briga.

Fala Sério (continuação)

NINGUÉM MERECE!

- Enquanto isso, o Amazonas perde em competitividade, e a ZFM corre sério risco de desconstruir seu modelo industrial.
- É mais caro levar um televisor de Manaus a Santos que entregar o mesmo aparelho vindo de Xangai para Pernambuco.
- Depois de passar 8 anos lutando noite e dia para tomar o Porto Histórico da família Di Carli, entregue através de uma jogada de mestre feita por Amazonino...
- ... Eduardo foca na Siderama, e deixou o espaço aberto para novas investidas, travestidas por esquemas baianos como aquele tramado com a Cigás... Não caia pra trás.

Codam vai apreciar mais de R\$ 1 bilhão em projetos



ⓐ Apesar da canalha paulista, ZFM sobrevive e avança

Dessa vez o anfitrião do evento bimestral é Antônio Silva, presidente da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas, e a discussão de 42 projetos avaliados em R\$ 1,1 bilhão será o tema da reunião do Conselho de Desenvolvimento do Estado do Amazonas, (Codam) marcada para esta quarta-feira (24). Segundo informações de Airton Claudino, secretário da SEPLAN, que coordena o órgão, as propostas a serem analisadas podem criar 1.996 vagas no mercado de trabalho. É sintomático que o encontro aconteça no auditório da Federação das Indústrias, na Avenida Joaquim Nabuco, Centro. Ali fervilha a defesa do modelo e pontifica uma liderança que alcançou prestígio nacional. Antônio Silva é vice-presidente da Confederação Nacional da Indústria, onde construiu uma trincheira de luta para resguardar o modelo ZFM.



Entenda o Codam

Na forma do disposto no Decreto nº 14.181 de 1991, que aprova seu Regimento Interno o Conselho de Desenvolvimento do Estado do Amazonas - CODAM é órgão colegiado, vinculado ao gabinete do Governador do Estado, e tem funções de assessoramento do chefe do Poder Executivo, nos assuntos referentes ao desenvolvimento econômico e social e na formulação da política de incentivos fiscais e extrafiscais do Estado. Seus objetivos são aprovar com base nas análises e pareceres técnicos, emitidos pela Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, os projetos de empreendimentos privados, que pleiteiem a concessão de incentivos fiscais e extrafiscais do Estado, na forma da legislação vigente.

Codam vai apreciar mais de R\$ 1 bilhão em projetos (continuação)

Bioindústria, telefonia e empregos



Entre as propostas a serem discutidas está a produção de coquetel de catuaba e sangria no município de Rio Preto da Eva, distante 57km de Manaus. Outro que se destaca, de acordo com o governo estadual, o de uma empresa para o setor de telefonia móvel, a qual teria interesse de investir mais de R\$ 500 milhões e a contratar 144 trabalhadores. Além disso, serão avaliados ainda projetos relativos a fabricação de tablets, telefone celular, motocicletas, bicicletas, telhas metálicas, alimentos a base de cereais, condicionadores de ar e traveseiros.



O Codam tem ainda por objetivo, aprovar normas e critérios gerais de análise de projetos; dispor sobre a aplicação da legislação estadual de incentivos fiscais e extrafiscais; deliberar sobre a destinação setorial dos recursos alocados nos fundos estaduais de desenvolvimento; aprovar normas complementares, critérios e proposições dos Fundos Estaduais de Desenvolvimento e deliberar sobre outras proposições de interesses para o desenvolvimento econômico e social do Estado. A cargo da secretaria do Planejamento, o órgão tem crescido e aparecido na disputa pela defesa e adensamento da ZFM.

Contra a crise

Enquanto a indústria nacional encolhe, por obra e graça da infraestrutura esquecida pelas prioridades do governo federal, que fez da gestão pública um festival de caça e captura de sufrágios para reeleger Dona Dilma, a ZFM aposta em sua sobrevivência e musculatura. A última reunião do Codam foi realizada em fevereiro deste ano e resultou na aprovação de 22 projetos, com destaques para as propostas da Unicoba para a fabricação de lâmpadas LED a partir de investimentos de R\$ 88 milhões e da Philco para a produção de condicionadores de ar com recursos de R\$ 32 milhões.



Manaus, quarta-feira, 24 de abril de 2013.

Industriais revindicam mais portos 24 horas

A expectativa de 35% de redução no custo logístico portuário com a implementação dos Portos 24 horas vem mobilizando a classe empresarial do modelo Zona Franca para que Manaus também se beneficie com a nova regra portuária. De acordo com o superintendente da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), Thomaz Nogueira, alguns portos em Manaus já funcionam 24 horas, inclusive são portos privados que funcionam ininterruptamente necessitando da reciprocidade dos órgãos aduaneiros. "A nossa questão não é funcionar apenas 24 horas. Precisamos ter os órgãos públicos também funcionando 24 horas. Por outro lado, precisamos de mais portos alfandegados devido à dimensão da nossa movimentação de carga ter crescido. A solução só virá se novos terminais foram implementados, também", afirma.

Com os portos 24 horas o transporte poderá ser realizado direto do porto para a fábrica, evitando um custo logístico secundário de 35% em média



Reivindicação antiga

Segundo o presidente do Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam), Wilson Périco, essa é uma reivindicação antiga para atender ao crescimento do Polo Industrial de Manaus (PIM). Em termos de desburocratizar o processo, de agilizar a movimentação de carga em horário oposto

ao do funcionamento comercial e de reduzir o custo de armazenagem na espera pelo canal verde alfandegário. "Se for comparar o crescimento econômico do Polo Industrial dos últimos dez anos, existe uma disparidade muito grande em relação à atividade ser menor do que é a demanda, fato

que trava o desenvolvimento do modelo Zona Franca", alerta.

Para o gestor do Terminal Portuário Alfandegado do Grupo Chibatão, Jhony Fidelis Ramos, a produtividade dos terminais aumentam em 15% com o funcionamento alfandegário 24 horas. O gestor explica que as vantagens

estão na redução do impacto do trânsito de cargas portuárias (carrinhos transportando contêiner) no trânsito urbano da cidade. "Na indústria a redução do custo gira em torno de 35%", informa.



Pesca ilegal sofre redução

Iniciativa apoiada pelo Banco Mundial junto ao Governo do Amazonas comemora a redução da pesca ilegal e garante o retorno do crescimento das populações do pirarucu e de outras espécies no Alto Solimões. A pesca sustentável ajuda 1,5 mil famílias indígenas a vencer a pobreza. As informações são da Organização das Nações Unidas (ONU).

As comunidades recebem aulas de educação ambiental e

uma vez capacitadas, podem começar a monitorar os lagos do Alto Solimões. Elas se revezam e, via rádio, denunciam qualquer atividade de pesca ilegal. O projeto também possibilitou às associações de pescadores comprar pequenos tratores, reduzindo o tempo de transporte da mercadoria. Antes, os trabalhadores tinham de carregar os pirarucus nas costas floresta adentro.

Limite de pesca

Além disso, todo mês de agosto, as comunidades fazem a contagem do pirarucu. O peixe vai à superfície a cada 20 minutos para respirar - e, quando faz isso, solta um som muito particular. Os pescadores mais experientes analisam esses sinais e, com eles, calculam a população. Os números são passados ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), que estabelece o limite de pesca para cada temporada. Depois de pescar, as famílias colocam um laço do ibama

nos peixes (para garantir que eles foram pegos legalmente) antes de mandá-los aos mercados locais. "Agora, algumas famílias tiram até R\$ 1 mil por mês", explica o subcoordenador do projeto no Governo do Amazonas, Geraldo Araújo. Os pescadores agora têm um novo objetivo: ganhar mais acesso a refrigeradores, tanto nos tratores quanto nos barcos de pesca. As equipes do Banco Mundial e do Governo do Amazonas atualmente analisam como ajudar a preencher essa lacuna - seja com o próprio projeto.

Industriais revindicam mais portos 24 horas (continuação)

Custo logístico



Fidelis diz que atualmente as grandes empresas do setor eletroeletrônico arcam com o custo de deslocamento de carga dos terminais para uma área secundária, fato que encarece em média de um transporte e uma diária de armazenagem. “Com os portos 24 horas esse transporte poderá ser realizado direto do porto para a fábrica, evitando um custo logístico secundário de 35% em média”, garante.

A indústria deverá economizar em média de R\$ 1.100 por contêiner. Ou seja, ao invés de se pagar R\$ 1.500 por contêiner, passará a pagar R\$ 400 porto/fábrica, exemplo citado por Fidelis. “Hoje ocorre uma variação no valor do transporte de contêiner porto/fábrica entre R\$ 400 e R\$ 600, dependendo do local de entrega”, informa.

Mercado internacional

No mercado internacional o custo do contêiner fica entre US\$ 1.800 a US\$ 2.500, independente de tamanho (20 ou 40 toneladas), com destino ao porto de Manaus. Antes eram poucos armadores de longo percurso, que traziam cargas de outros países. Hoje a competitividade está maior, o preço tende a estagnar ou baixar ou aumentar muito pouco, segundo o gestor portuário. “Agora o que vai mudar é se a carga tiver um alto valor agregado, por exemplo, uma linha azul de componentes para celular em função do seguro da carga que agrega no valor final, vai ter um custo maior de transporte também”, explica Fidelis.

